

ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: A CAMINHADA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CUMARU – PE

Ângela Maria da Silva¹

Terezinha Nílvia da Silva²

Manoel José de Paula Filho³

Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva⁴

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental das políticas educacionais brasileiras, reafirmando o direito de todas as pessoas à aprendizagem, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. No entanto, entre os avanços legais e teóricos e sua efetiva implementação nas escolas, há um caminho permeado de desafios, resistências e adaptações. Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória da educação inclusiva no município de Cumaru, em Pernambuco, destacando os avanços, as lacunas e as experiências vivenciadas no processo de inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino.

Um marco significativo nesse percurso foi a mudança na coordenação de Educação Inclusiva do município, ocorrida em 2021. A nova coordenação demonstrou empenho em fortalecer as políticas de inclusão, conquistando recursos importantes para a área. No entanto em 2022, foi possível viabilizar a ampliação da Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Professora Gilda Bertino Gomes. Posteriormente, em 2023, houve mais um avanço com a implantação de uma nova Sala de Recursos Multifuncionais na Escola Municipal João Duarte.

A atuação da coordenação trouxe uma nova perspectiva para o município, promovendo uma verdadeira transformação na maneira como a inclusão era compreendida e colocada em prática. Com a reorganização dos serviços de apoio, a formação continuada de profissionais da educação e a implementação de estratégias pedagógicas mais eficazes, a coordenação passou a representar um ponto de virada na consolidação de uma educação mais justa, equitativa e humanizada para os estudantes

¹Especialista em Educação Inclusiva pelo Centro Universitário Facol-UNIFACOL, angelcumaru22@gmail.com;

² Mestranda em educação da Christian Business School-CBS, nilviapaula2020@gmail.com;

³ Doutorando em educação da Christian Business School-CBS, mano.educ@gmail.com;

⁴ Professora orientadora: Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, neide-silva96@hotmail.com.



com deficiência. A partir de uma abordagem que articula teoria e prática, este artigo busca compreender como as políticas públicas são traduzidas no cotidiano escolar de Cumaru, quais mudanças foram impulsionadas com a nova coordenação e de que forma a comunidade escolar tem respondido às exigências de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Nesta perspectiva, Segundo Mantoan (2022, p.7) afirma que “a educação inclusiva é intransigente na defesa do acesso incondicional de todos os alunos à educação, por ter como mote a hospitalidade absoluta essa acolhida que ultrapassa os direitos e se apegam a eles, para manter-se ainda mais forte”, destaca um dos princípios mais profundos da educação inclusiva: a hospitalidade absoluta, entendida como um acolhimento que vai além das obrigações legais ou dos direitos assegurados em documentos oficiais.

Assim, Mantoan nos convida a repensar a inclusão não como um favor ou uma concessão, mas como um direito sustentado por uma atitude acolhedora, que reconhece o valor de cada sujeito e constrói, dia após dia, uma escola verdadeiramente democrática, humana e transformadora.

Nesse sentido, o artigo apresenta uma análise crítica das concepções de diferença no ambiente escolar, sobre a educação inclusiva. A partir desse referencial, discute-se os desafios enfrentados no cotidiano das escolas do município de Cumaru, em Pernambuco, refletindo sobre como as práticas pedagógicas adotadas. Com os princípios inclusivos defendidos pela autora.

O estudo busca, assim, construir uma ponte entre a teoria e a prática, evidenciando experiências concretas, limitações e potencialidades da inclusão escolar nesse contexto específico. Dessa forma, pretende-se oferecer subsídios significativos para educadores, pesquisadores e demais profissionais da educação comprometidos com a promoção de ambientes escolares mais justos, inclusivos.

A educação inclusiva, ao longo dos anos, passou a ser reconhecida como um direito fundamental, respaldado por uma série de marcos legais que garantem o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

No Brasil, esse compromisso é reafirmado na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), entre outros documentos.



Essas legislações não apenas asseguram o direito ao ingresso na escola regular, mas também apontam para a necessidade de condições adequadas de aprendizagem, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação continuada dos profissionais da educação e a acessibilidade em seus múltiplos aspectos. A educação inclusiva, portanto, vai além da matrícula: ela exige práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes e promovam a equidade no processo educativo, garantindo que todos aprendam e se desenvolvam plenamente.

Neste viés apontamos a declaração de Salamanca, elaborada em 1994 na cidade de Salamanca, na Espanha, representa um marco internacional fundamental para a consolidação da educação inclusiva. Portanto este documento afirma que as escolas regulares, com uma orientação inclusiva, são os meios mais eficazes para combater atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras e alcançar a equidade na aprendizagem. No entanto, A Declaração propõe que os sistemas educacionais devem se adaptar às necessidades de todos os estudantes, ao invés de esperar que os alunos se ajustem às estruturas escolares tradicionais.

(...) acompanhar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas (...). Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minoria linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajosos ou marginalizados (Brasil, 1994, p.6).

Neste interim podemos observar a ideia de que a educação inclusiva deve contemplar todas as crianças, sem exceção, reconhecendo a diversidade como parte essencial do processo educativo. Ao mencionar diferentes grupos como crianças com deficiência, superdotadas, em situação de rua, que trabalham, pertencentes a minorias étnicas, culturais ou linguísticas, o documento amplia a compreensão de inclusão para além das limitações físicas ou intelectuais.

Essa perspectiva exige da escola o compromisso com a equidade, a superação de barreiras e a construção de práticas pedagógicas que respeitem as singularidades de cada estudante, garantindo-lhes o direito de aprender, participar e se desenvolver em um ambiente acolhedor, justo e democrático.

Nesse sentido, o artigo propõe uma análise crítica das concepções de diferença na escola a partir da perspectiva de Mantoan, enfatizando sua abordagem sobre a educação inclusiva, os desafios presentes no contexto escolar e as práticas pedagógicas indicadas para garantir uma educação de qualidade a todos os estudantes. O objetivo do



estudo é oferecer subsídios relevantes a educadores, pesquisadores e profissionais da área interessados em fortalecer a inclusão escolar e contribuir para a construção de ambientes educacionais mais justos e emancipatórios.

Diante do exposto, torna-se evidente a relevante contribuição dos pesquisadores ao destacar que a educação inclusiva tem como objetivo tornar o processo de ensino e aprendizagem acessível e adaptado às diferentes formas de aprender. Essa perspectiva enfatiza a importância do cuidado e do compromisso da comunidade escolar em acolher cada estudante, respeitando suas particularidades e necessidades individuais.

METODOLOGIA

A pesquisa científica é um processo metódico e sistemático, orientado por um percurso metodológico bem definido, cujo objetivo é produzir conhecimento por meio da investigação, análise e interpretação de dados e informações que possam ser verificadas. Foi realizado um estudo bibliográfico, documental e uma pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa.

Esta pesquisa foi realizada aos docentes do Atendimento Educacional Especializado-AEE que lecionam em uma escola da rede municipal localizada em uma cidade do agreste pernambucano, gestor escolar, professores regentes e representantes da coordenação municipal da educação inclusiva.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 14), “Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa”. Dessa forma, a pesquisa não se limita a confirmar hipóteses previamente formuladas, mas se abre ao inesperado, permitindo que novas perguntas e possibilidades surjam ao longo do percurso investigativo.

À medida que o pesquisador se aprofunda nas leituras, na análise crítica de autores e nas vivências práticas durante cada etapa do trabalho, novas interpretações e compreensões emergem. Portanto, é também um processo dinâmico e reflexivo, que exige curiosidade, comprometimento e abertura ao desconhecido, tornando-se uma ferramenta fundamental para a construção do conhecimento científico e para a transformação da realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para embasamento e consolidação do estudo em questão, foi desenvolvida uma pesquisa de campo com os professores do Atendimento Educacional Especializado-AEE em uma unidade de ensino da rede municipal do município de Cumaru-PE. A



aplicação de questionários teve como objetivo fornecer subsídios e informações relevantes e pertinentes para que se chegasse a um conjunto de informações que fosse possível compreender os desafios enfrentados pelos professores.

A análise dos dados coletados no município de Cumaru-PE, por meio de entrevistas com profissionais da educação, observações em escolas da rede pública e revisão documental de políticas educacionais locais, revelou um cenário de avanços e desafios no que diz respeito à implementação da educação inclusiva no contexto municipal.

Para Silva e Costa (2020), a formação dos professores também deve ser vista como um processo de transformação pessoal e profissional. Eles afirmam que o docente que passa por uma formação continuada efetiva não só amplia seus conhecimentos técnicos, mas também se transforma como pessoa, desenvolvendo uma postura mais inclusiva e sensível às necessidades dos seus alunos.

Os resultados evidenciam que, embora a educação inclusiva seja reconhecida, em nível teórico, como um direito fundamental e um princípio norteador das práticas pedagógicas nas escolas de Cumaru, na prática, sua efetivação ainda enfrenta obstáculos significativos. Entre os avanços apontados pelos participantes da pesquisa, destaca-se a maior visibilidade das pautas inclusivas nos projetos político-pedagógicos das escolas e a crescente sensibilização de professores e gestores quanto à importância do acolhimento e da valorização das diferenças no ambiente escolar.

No entanto, os desafios ainda são numerosos. Os relatos apontam para a ausência de formação continuada específica para os docentes, que muitas vezes se sentem inseguros e despreparados para atender adequadamente alunos com deficiência ou com outras necessidades educacionais específicas. Além disso, há deficiências estruturais nas escolas, como a falta de recursos pedagógicos acessíveis, escassez de profissionais de apoio (como intérpretes de Libras e auxiliares educacionais) e barreiras arquitetônicas que limitam a mobilidade e a autonomia dos estudantes com deficiência.

Outro ponto recorrente nas discussões foi a dificuldade de articulação entre os diferentes setores responsáveis pela implementação das políticas de inclusão, como as secretarias de educação, saúde e assistência social. A ausência de um trabalho intersetorial efetivo compromete a oferta de um atendimento integral aos estudantes, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais integradas e com maior investimento.



Palavras-chave: Educação inclusiva, Políticas educacionais, Práticas pedagógicas, Equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda assim, a pesquisa revelou experiências exitosas em algumas unidades escolares, especialmente aquelas em que a gestão escolar atua de forma participativa e comprometida com a inclusão. Nessas escolas, mesmo com limitações, observam-se práticas pedagógicas adaptadas, uso criativo de recursos didáticos e uma cultura de acolhimento construída no cotidiano escolar.

Os dados sugerem que a caminhada da educação inclusiva em Cumaru-PE está em curso, marcada por contradições entre o que é previsto nas diretrizes legais e o que é vivenciado nas escolas. Essa distância entre teoria e prática indica a urgência de ações mais efetivas e articuladas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e o aprendizado de todos os estudantes, com equidade e respeito às suas singularidades.

Nesse sentido, reafirma-se a necessidade de investimento em formação docente, reestruturação das condições físicas e pedagógicas das escolas, e fortalecimento de políticas públicas que tratem a inclusão como um compromisso coletivo e contínuo, e não como uma responsabilidade isolada dos professores ou das instituições escolares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Plageder, 2009. <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=dRuzRyEIzmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=Tatiana+Engel+Gerhardt%3B+,+Denise+Tolfo+Silveira.+M%C3%A9todos+de+pes.>

MANTOAM, Maria Teresa Eglér. Uma escola hospitaleira. DOI: <https://doi.org/10.13037/rea-e.vol7n13.8589>. Revista Estudos Aplicados em Educação | São Caetano do Sul, SP | v. 7 | n. 13 | p. 5-14 | 2022 | ISSN 2525-703X.

SILVA COSTA, J. Desafios e Avanços na Inclusão Escolar no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

